

**REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA MULHER
NA IMPRENSA NOS ANOS DOURADOS:
A MOÇA DE FAMÍLIA E A LEVIANA**

Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio)

drfortuna@hotmail.com

Márcio Luiz Corrêa Vilaça (Unigranrio)

professorvilaca@gmail.com

Renato da Silva (Unigranrio)

redslv333@gmail.com

Rosane Cristina de Oliveira (Unigranrio)

rosanecrj@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o gênero jornalístico no Brasil e seu papel construção de uma representação da mulher na sociedade. Para tanto, apresenta como estudo de caso discursos que abordam o papel feminino na década de 1950. O foco da análise serão textos publicados nos anos 1950 no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, selecionados após uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, analítico e comparativo. Primeiramente, faremos uma breve reflexão sobre o papel da imprensa no Brasil, utilizando como escopo teórico principal as obras de Nelson Werneck Sodré (2011) e Colling (2001). Em seguida, discutiremos a questão do gênero feminino na sociedade, tendo como base de análise as questões expostas por Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (publicado originalmente em 1948), cuja discussão sobre o feminino se relaciona com o que se convencionou chamar de primeira onda do feminismo. Por fim, analisaremos o material selecionado, procurando perceber que estratégias discursivas são utilizadas pela imprensa que ratificam ou não o papel normativo da mulher em sociedade.

Palavras-chave:

Gênero feminino. Jornal Impresso. Representação da mulher.

ABSTRACT

This paper analyses the journalistic genre in Brazil and its role in building a representation of women in society. Therefore, it presents as a case study discourses that address the female role in the 1950s. The focus of the analysis will be texts published in the 1950s in *Jornal do Brasil* and *Correio da Manhã*, selected after a search in the Digital Library of Biblioteca Nacional. It is a research of theoretical, analytical and comparative nature. Firstly, we will briefly reflect on the role of press in Brazil, using as main theoretical scope works of Nelson Werneck Sodré (2011) and Colling (2001). Next, we will discuss the issue of the female gender in society, based on the issues raised by Simone de Beauvoir, in *O segundo sexo* (originally published in 1948), whose discussion has to do with the so called first wave of feminism. Finally, we will analyze the selected material, trying to understand what discursive strategies are used by the press that ratify or not the normative role of women in society.

1. Introdução

Este trabalho analisa o gênero jornalístico no Brasil e seu papel construção de uma representação da mulher na sociedade. Para tanto, apresenta como estudo de caso discursos que abordam o papel feminino na década de 1950. O foco da análise serão textos publicados nos anos 1950 no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, selecionados a partir de uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, analítico e comparativo. Assim, primeiramente, faremos uma breve reflexão sobre o papel da imprensa no Brasil, utilizando como escopo teórico principal as obras de Nelson Werneck Sodré (2011) e Leandro Colling (2001).

Em seguida, discutiremos a influência do jornal na sociedade para, posteriormente, tratar sobre a questão do gênero feminino, tendo como base de análise as questões expostas por Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (publicado originalmente em 1948), cuja discussão sobre o tema se relaciona ao que se convencionou chamar de terceira onda do feminismo.

Por fim, analisaremos o material selecionado, procurando perceber que estratégias discursivas são utilizadas pela imprensa que ratificam ou não o papel normativo da mulher em sociedade.

2. A imprensa no Brasil dos anos dourados

O Brasil passou por uma significativa mudança nos anos 1950. Houve um considerável avanço no processo de industrialização, resultando no surgimento de um promissor mercado de bens duráveis (ABREU *et al.*, 2008). Nessa época, a comunicação de massa também começava a se fortalecer com a propagação do rádio e a chegada da televisão. Além disso, o jornalismo impresso sofreu diversas modificações tanto no que diz respeito aos avanços tecnológicos quanto ao conteúdo e formato.

De acordo com Alzira Alves de Abreu, referindo-se a Habermas

(1984 apud Abreu et. al., 2008), houve uma superação da chamada fase do “jornalismo literário”³³² e uma entrada definitiva “nos quadros do chamado ‘jornalismo empresarial’”. Trata-se do período de modernização das técnicas de impressão e de transmissão das notícias via telégrafo. O jornal, então, torna-se de fato uma empresa, com foco não apenas na notícia, mas também nas vendas.

No que concerne ao conteúdo, o jornalismo brasileiro passou a adotar técnicas da imprensa norte-americana. Segundo Nelson Werneck Sodré (2011, p. 577), “o jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o *lead*, cujos princípios se fundaram na regra dos cinco *W* e um *H* (...): *who*, quem; *what*, que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como”. Ainda segundo Sodré (2011):

[...] a imprensa brasileira, pelo número de páginas dos jornais e pela percentagem de espaço ocupado pela publicidade, está próxima do modelo norte-americano, gerando o paradoxo de manter um país de capitalismo ainda em início de crescimento uma imprensa que busca imitar e, em alguns casos consegue, um modelo de país superdesenvolvido. (SODRÉ, 2011, p. 595)

Ainda que copiando o modelo americano, a imprensa brasileira, principalmente a carioca, começou a buscar objetividade e imparcialidade. Para Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 150), a lógica do jornalismo, naquele momento, “era a da rapidez, da falta de tempo e da sociedade industrial”. Ribeiro ainda aponta que o repórter passou a ser menos subjetivo em seu texto, tornando-o mais naturalista.

Entretanto, este processo não ocorreu de maneira homogênea nem o que se pregava na teoria era o que de fato acontecia na prática. Segundo Ribeiro (2003, p. 155), “um jornal pode introduzir procedimentos da indústria cultural sem adotar integralmente a sua lógica”. E foi o que ocorreu na imprensa brasileira: várias técnicas modernas foram adotadas como ferramentas de luta política e não visando à tão falada imparcialidade jornalística:

[...] os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou

³³² De acordo com Abreu *et al.* (2008, p. 159), nesta fase, a imprensa tem como base a “imperativos propagandísticos de ideias, opiniões e personalidades”. Assim, antes de 1950, a imprensa era basicamente um instrumento político, com pouca ênfase na informação e foco num discurso opinativo.

Imparcial ou não; objetiva ou não, fato é que os jornais passaram a atingir um número cada vez maior de leitores: as técnicas permitiram produzir mais, e os avanços econômicos e sociais implicaram um aumento da quantidade de leitores. Marialva Barbosa (2013) aponta que:

[...] uma série de estratégias redacionais e editoriais (que incluíam com destaque a exploração do jornal como coisa visual, publicando páginas inteiras de ilustrações que chamavam a atenção do olhar do leitor) fez com que os grupos excluídos da sociedade se tornassem leitores extensivos dessas publicações. (BARBOSA, 2013, p. 199)

Nesse sentido, fica clara a relação entre desenvolvimento da imprensa e desenvolvimento da sociedade capitalista. Porém, como salienta Sodré (2011), trata-se de uma ligação dialética e não simplesmente mecânica:

A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce no comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade [...], pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. (SODRÉ, 2011, p. 13-14)

Com isso, cabe ressaltar a influência da comunicação de massa na vida dos indivíduos. Sobre este assunto, é fundamental apresentarmos brevemente a teoria do Agenda-Setting e, em seguida, a teoria do framing. Leandro Colling (2001), em alusão a Donald Shaw, um dos precursores da teoria do Agenda-Setting, nos anos 1970, afirma que:

As pessoas [...] teriam a tendência de incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tenderia a atribuir aquilo que este conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pela mídia aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas. O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pela mídia. (COLLING, 2001, p. 92)

Colling (2001) considera que estudos mais recentes sobre agendamento mostram que a mídia não apenas oferece os assuntos com os quais os receptores vão se preocupar, mas dizem como devem pensar sobre os temas existentes na agenda da mídia. Este tipo de influência é denominado de framing – ou enquadramento.

Os assuntos apresentados pela mídia e a forma como são tratados têm papel fundamental nas conversas e discussões das pessoas no seu dia a dia. Mais do que isso: a angulação que recebem influencia na maneira

como elas pensam sobre esses assuntos.

Contextualizados – ainda que brevemente – o jornalismo impresso na década de 1950 e o papel da mídia na sociedade desde o surgimento da comunicação de massa, é possível analisar, então, como a mulher era retratada pelos jornais da época e como isso era tanto um reflexo como se refletia no seu papel na sociedade. Antes, porém, cabe refletirmos sobre mulher e a questão do gênero feminino, principalmente nos anos dourados.

3. A mulher nos anos dourados

As discussões em torno da construção dos papéis femininos e masculino de meados do século XX em diante estiveram pautadas nos estudos feministas, especialmente, de Simone de Beauvoir. Em o *Segundo Sexo*, publicado em 1947, Beauvoir, de certa forma rompia com a concepção de sexo biológico como o determinante dos papéis sociais a serem seguidos pelo sujeito. Com a frase “ninguém nasce mulher, torna-se”, a autora consagra o lugar do feminino como aquele determinado pela socialização, cultura e modos de ver, e não apenas pautado na biologia.

Neste campo, é interessante compreendermos que o cientificismo do século XIX e, mais precisamente a medicina, ao salientar a diferença entre os sexos, também contribuiria para a perpetuação da lógica machista responsável pela subalternização do feminino.

Por outro lado, Beauvoir escrevera sobre o “lugar” da mulher, discussão que posteriormente integraria os estudos de gênero e os debates feministas. Para a autora, desde a tenra idade, a menina é anulada, e esta situação não se extingue durante a juventude ou idade adulta.

Já desligada de seu passado de criança, o presente só lhe aparece como uma transição; ela não descobre nele nenhum fim válido, mas tão somente ocupações. De uma maneira mais ou menos velada, sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o Homem. (BEAUVOIR, 2016, p. 75)

Neste sentido, o aspecto da dominação masculina se manifesta. Os padrões de comportamento impostos pela sociedade impulsionam os supostos desejos femininos com o intuito de submetê-la à subalternidade em relação ao poder do macho. Além do poder masculino, outras instâncias da sociedade reforçam tal dominação. Esta questão é apresentada por Pierre Bordieu (2002), ao argumentar sobre os papéis da Igreja, Família e Escola. Para o autor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. [...] E, por fim, a escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (...), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens em si mesmo. (BOURDIEU, 2002, p. 102-3)

A primeira metade do século XX abriga o que a literatura, em geral, atribui à primeira onda do feminismo, pautada na luta por direitos políticos e sociais para as mulheres. O movimento sufragista, neste período, foi o mais importante, conforme salientou Miguel e Birolli (2014),

Da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o sufragismo foi a face pública das reivindicações feministas. O acesso à franquia eleitoral representava reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões do mundo e interesses próprios, irredutíveis aos de seus familiares. Afinal, um dos argumentos centrais para a exclusão política delas era que seus interesses já seriam protegidos pelo voto dos maridos ou do país. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 93)

No Brasil, a luta por direitos (especialmente o voto) iniciou-se em 1891, ao longo das discussões acerca da primeira Carta Constitucional republicana. Entretanto, as mulheres só obtiveram o direito ao voto reconhecido em 1932, cujo decreto foi consolidado na Constituição de 1934. Com a chegada do Estado Novo, em 1937, o voto foi suspenso.

Somente na década de 1950, a partir do reestabelecimento da democracia, que as lutas pelos direitos das mulheres foram retomadas. Duas advogadas, Romy Martins Medeiros da Fonseca e Ormindia Ribeiro Bastos, solicitaram à Câmara dos Deputados uma análise minuciosa sobre a questão das mulheres casadas no código civil vigente. Segundo ambas, a condição das mulheres neste documento era de subserviência

aos maridos e, portanto, uma situação inaceitável. Como resultado, as advogadas apresentaram ao Congresso, em 1951, um novo estatuto jurídico destinado à mulher casada, que tramitou por dez anos até ser sancionado por João Goulart, então presidente da república, em 1962. Entre as conquistas obtidas com esse novo estatuto, as mulheres casadas passaram a ter o direito de viajar, trabalhar fora, receber heranças, entre outras, sem que necessitassem da permissão dos maridos.

Entretanto, do ponto de vista cotidiano, apesar de algumas conquistas e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao longo dos anos dourados, no Brasil, o papel feminino manteve-se mais voltado para o espaço doméstico, com pouca autonomia neste campo. Esta perspectiva esteve exposta nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* ao longo dos anos 1950, conforme podemos observar através do estudo de caso a seguir, sobre as “levianas” e as “moças de família”.

4. *Correio da Manhã e Jornal do Brasil: um estudo de caso das levianas e das moças de família*

Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014), nos anos dourados, em função do desenvolvimento econômico, houve uma expansão do mercado de trabalho, possibilitando para as mulheres novas oportunidades. O nível de escolaridade da população feminina também aumentou. Entretanto, o papel da mulher na sociedade, nesse período, não sofreu grandes transformações.

Nesse sentido, a família conjugal era o modelo dominante, e o homem continuava sendo o “chefe da casa”. Segundo Pinsky (2014, p. 18), a autoridade máxima conferida ao homem era “garantida pela legislação que reconhece o trabalho masculino como a principal fonte de recursos da unidade doméstica”. A autora afirma ainda que “as leis também enfatizam a imagem da mulher exclusiva ou prioritariamente dedicada ao lar e à procriação”.

A mulher, então, passava da vigilância do pai à do marido quando se casava. E antes do casamento, ela devia se manter virgem. Do contrário, corria o risco de ser abandonada. De acordo com Pinsky (2014):

As jovens solteiras são divididas entre ‘moças de família’ e ‘garotas de programa’ (não necessariamente prostitutas). As do primeiro tipo devem conter sua sexualidade em limites bem estreitos e serão respeitadas pelos rapazes principalmente se souberem ‘fazer-se respeitar’, não permitindo maiores intimidades e não dando motivos a fofocas, críticas ou más

interpretações. Só assim poderão ser consideradas candidatas adequadas ao papel de esposa. As ‘moças de família’, portanto, não podem ser confundidas com as ‘levianas’ (com quem os rapazes namoram, mas não se casam), nem em termos de reputação e menos ainda em termos de atitudes. (PINSKY, 2014, p. 56)

Com isso, a diferença entre as “moças de família” e as “levianas” era bem marcada. Para Pinsky (2014, p. 10), naquele período, a imprensa tinha papel fundamental nessa questão, pois trazia “à tona as representações de masculino e feminino que vigoravam nesses Anos Dourados”. Assim, a autora desenvolve um estudo aprofundado sobre as revistas femininas. Entretanto, o nosso propósito é analisar como essas representações apareciam no jornal impresso.

A fim de construir uma pequena amostra sobre a forma como a mulher era apresentada na década de 1950, realizamos uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Definimos como *corpus* da análise textos jornalísticos ou não sobre a mulher publicados nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* da década de 1950. Estes periódicos foram selecionados em função de sua importância na época. Se inseríssemos apenas a palavra “mulher”, teríamos uma infinidade de resultados. De maneira a limitar as respostas, optamos por utilizar a expressão “condição da mulher”.

Da busca no *Correio da manhã*, decorreram 27 resultados. Os principais temas abordados por esses textos são: casamento, condições e direitos das mulheres, comportamento e perfil. Também foram encontradas críticas teatral, literária e de cinema sobre obras relacionadas a mulheres. A pesquisa no *Jornal do Brasil* teve 15 resultados. Os assuntos abordados são semelhantes aos que foram encontrados no *Correio da Manhã*: casamento, condições e direitos das mulheres, comportamento e perfil.

As notícias, artigos e outros tipos de textos – como anúncios, notas de coluna social etc. – identificados em ambos os jornais, em sua maioria, reforçam o papel da mulher como dona de casa, mãe e esposa. É permitido à mulher trabalhar, contato que tal atividade não atrapalhe suas tarefas como dona de casa, mãe e esposa.

Os textos reforçam que a mulher deve saber se comportar e que seu papel de “mulher casada” precisa ser respeitado. Por isso, um homem nunca deve beijar a mão de uma senhora, que, por sua vez, nunca deve se adiantar e cumprimentar um homem. Assim, as mulheres são sempre associadas à fragilidade e à delicadeza. Palavras como abnegação, doação e

desinteresse também fazem parte das estratégias discursivas da imprensa para definir as “boas moças de família”.

Por outro lado, há textos que mostram que os direitos das mulheres estão muito aquém do desejado. Uma das matérias, por exemplo, noticia a criação do Partido das Mulheres solteiras na França. O objetivo da proposta era reivindicar mais direitos para as mulheres. Entretanto, o artigo termina em tom de deboche, afirmando que o programa, certamente, seria articulado por homens.

A edição de 4 de maio de 1957 do *Correio da Manhã* traz uma notícia sobre o Congresso de Municípios, que se inicia na primeira página com uma pequena nota cujo título é “A prefeita”. O texto começa descrevendo Cecília, a prefeita do município de Presidente Getúlio, em Santa Catarina, como “alta, robusta, aloirada”. Ela é a única mulher no evento e afirma que sua condição de mulher em nada influencia em seu trabalho.

Segundo o texto da nota, “seu marido, Francisco Ax, por sinal Diretor de Obras da Municipalidade em Presidente Getúlio, estava ao seu lado. Mais loquaz, disse-nos entre outras coisas: ‘Nossos problemas principais se referem à educação, conservação de estradas de rodagem do Município e construção da rede de esgoto’”.

Nesta passagem, é possível observar que a prefeita é apenas “Cecília”, sem sobrenome. Apresenta características mais comuns a um homem: “alta e robusta”. Como afirmamos anteriormente, revela que sua condição de mulher em nada influencia em seu trabalho. Porém, cabe ressaltar que está ao lado do marido, o qual parece falar por ela, expondo os problemas principais do município.

Assim, o discurso e a situação apresentados se associam para ratificar a imagem da mulher dos anos dourados: a prefeita só tem o primeiro nome; quem é, de fato, “nomeado” é seu marido. Seu cargo não influencia na sua administração e também não deve influenciar no seu papel de esposa, já que, na hora de falar dos problemas do município, quem tem voz é seu marido. Apesar de alta e robusta como um homem, fala pouco, como é apropriado às mulheres – seu marido é que “loquaz”.

Um outro exemplo ainda mais contundente que ratifica como deve ser o comportamento da mulher está na edição de 20 de setembro de 1958 do *Jornal do Brasil*. O texto reproduz uma espécie de *quizz* que havia sido apresentado no programa de televisão “900 segundos” da extinta

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TV-Tupi. O objetivo é “permitir a jovens e senhoras a determinação de seu tipo psicológico sem precisar de psicanalista”. O questionário é composto por 25 perguntas, e as instruções aconselham a participante a responder “com a maior sinceridade e espontaneidade”.

Embora não seja um escrito jornalístico, constitui-se num rico material que permite vislumbrar que papéis a mulher deveria – ou não – desempenhar em sociedade. Trata-se de um teste cujas perguntas refletem o cotidiano feminino na época: a mulher era constantemente vigiada, principalmente para que se comportasse como “moça de família” e não “leviana”. Alguns exemplos são:

A senhora adora a vida do lar?

Considera que a missão mais importante de uma mulher é criar uma família?

Considera que seria capaz de sacrificar-se para manter o prestígio social de seu marido?

Considera que a mulher pode ter um destino superior ao de ser mãe?

Gosta de olhar os homens de rabo de olho?

Quando a senhora vai pela rua, lhe agrada que os homens a olhem?

Teria gostado de nascer homem?

As perguntas indicam a dicotomia “moça de família” *versus* “leviana”, e os possíveis resultados também apontam para 32 perfis, no geral, bastante lineares. Os tipos não são nomeados com adjetivos, mas apenas por letras do alfabeto. Entretanto, nas descrições, os adjetivos são largamente utilizados e contribuem para deixar bem marcados esses diferentes perfis.

É possível afirmar que existem “gradações” de tipos “levianos” e de “moças de família”. Assim, uma “moça de família” pode até ser vaidosa e querer ser o centro das atenções, mas não se comportará de maneira leviana. Será apenas uma “moça de família” frívola. Nesse sentido, frívola pode ser “emotiva”, romântica”, “simples”, “sonhadora”, “apaixonada do amor” e, ao mesmo tempo, interessada em “problemas do além”.

São moças frívolas – mas de família – também as que sempre dão a impressão de terem “nascido para casar-se com um homem de elevada posição social”. Querem “brincar de primeira dama” e valorizam a “importância social do marido”; seu “caráter muda de acordo com as circunstâncias”, são extremamente “vaidosas” e dominam “a arte da manha e da birra”. Entretanto, como “casar-se é o seu máximo objetivo”, não estão no rol das “levianas”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Há ainda as “moças de família” que gostam “das coisas que enfeitam a vida” – não a si mesmas, mas “seu lar confortável”. Tais mulheres conhecem “a psicologia e um homem”. Muitas são “escravas de seus filhos e seu lar”, sacrificando-se com satisfação pelo bem de seus entes queridos. Estas são consideradas “altruístas”, “leais”, “ternas” e “equilibradas”. Segundo a descrição do perfil, conseguem alcançar “alto grau de felicidade”.

Certos adjetivos parecem estar associados às mulheres mais recatadas e, portanto, “bem-sucedidas”. Assim, a mulher “simples” é “equilibrada” e tem como ideal “ser senhora de um lar confortável”; a “conservadora” tem “espírito maternal”; as “altruístas”, “leais” e “ternas” são as mais felizes.

Os perfis que retratam as “levianas” parecem seguir a mesma lógica: há mulheres que querem ser desejadas, e outras que não, mas não podem ser consideradas “moças de família”, porque preferem a vida de solteira à de casada; ou acreditam que só seriam felizes se tivessem os mesmos direitos que os homens.

Com isso, há aquelas que são “desajustadas”, porque sonham com a “conquista de objetivos muito difíceis de alcançar” e que, consequentemente, sofrerão “muitas decepções”. O texto não explica que objetivos seriam estes, mas a frustração parece torná-las “agressivas” e “explosivas”.

Em vez de se dedicar a enfeitar seu lar, outras “levianas” preocupam-se com a própria beleza. São escravas da própria vaidade e não sabem “distinguir onde acaba a prudência e onde começa o ridículo”. Muitas apresentam “reações sensuais marcantes”, perdendo “frequentemente o controle dos nervos” e seduzindo de forma a “despertar o interesse dos homens”. Outras ainda demonstram “talento para os negócios”, o que as leva a ter sucesso profissional. Entretanto, fracassam na vida social, pois são “admiradas”, mas não “amadas”.

Em geral, as “levianas” fingem ter um “espírito forte” e “independente”, porém, no fundo, sonham encontrar um homem que as compreenda para “consultar-lhe sobre as muitas dúvidas que vivem na sua alma”.

Por fim, existem as “levianas masculinizadas”, que detestam sua condição de mulher, já que se sentem privadas de realizar “empresas arriscadas ou de monopolizar com audácia sua vida pública”. Os perfis que

se referem a estas mulheres as descrevem como “melancólicas” e “amargas”, que acabam ficando “solteironas” e, por isso, se sentem “inferiores”. Segundo o texto, “a inferioridade da solteirona surge do fato de não ter podido criar uma família”. Muitas se comportam e até se vestem “como homens”.

Cabe ressaltar os adjetivos utilizados para qualificar as “levianas”: são “desajustadas”, “não amadas”, “escravas da própria vaidade”, “agressivas”, “amargas”, “melancólicas”, “inferiores”. A maioria ficará solteira ou infeliz no casamento – e sempre frustrada.

Os perfis enfatizam, então, que, para ser feliz e bem-sucedida, a mulher deve ser uma “moça de família” e, para tanto, precisa se comportar como tal, sendo generosa, recatada, altruísta, equilibrada e com espírito maternal. Somente as que possuem essas qualidades serão felizes, pois alcançarão seu maior objetivo: casar-se com um bom partido e ter filhos saudáveis, dos quais cuidarão como excelentes mães e donas de casa eficientes.

5. Considerações finais

Retomando as considerações de Leandro Colling (2001) sobre a teoria do agenda-setting e a teoria do framing, segundo as quais os receptores não só teriam o costume de incluir no seu repertório o que a mídia inclui no seu conteúdo, mas também pensar conforme o enquadramento proposto pela mídia, para finalizar este artigo, cabe refletir mais uma vez sobre que temas e formas de pensar o jornal impresso propunha para as mulheres – e para a sociedade em geral.

Como observamos, os jornais apresentavam que papéis as mulheres deveriam exercer na sociedade. Se, como afirmou Collings (2001, p. 92), “a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pela mídia”, então, a imprensa – e mídia como um todo – reforçavam esses papéis, influenciando fortemente a opinião dos leitores.

Sim, a mulher já podia votar; sim, já podia trabalhar; sim, já podia viajar sozinha. Algumas conquistas haviam sido alcançadas. Entretanto, as mulheres, em sua maioria, continuavam sob a tutela do homem, voltadas principalmente para o espaço doméstico. As obedientes eram as “moças de família”, e as que tentavam fugir desse padrão eram rotuladas como “levianas”. E a imprensa corroborava com estes rótulos, transfor-

mando-os em modelos que deveriam ser seguidos ou evitados a qualquer custo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et. al. *A imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Volume I Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. V. II. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORREIO DA MANHÃ. 1950 a 1959. Disponível em: <https://bndigital.tal.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 2 out 2019.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. In: *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 14, abril 2001, p. 88-101.

JORNAL DO BRASIL. 1950 a 1959. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 5 out 2019.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p. 147-60

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011.